



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL – UFFS
CAMPUS ERECHIM
CURSO DE PEDAGOGIA**

SIMONE BRACK

**PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE
CERTA: UMA ANÁLISE DE PUBLICAÇÕES NA ÁREA DA
EDUCAÇÃO**

Erechim
2014

SIMONE BRACK

**PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE
CERTA: UMA ANÁLISE DE PUBLICAÇÕES NA ÁREA DA
EDUCAÇÃO**

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado como requisito para obtenção de título de licenciada em Pedagogia pela Universidade Federal da Fronteira Sul, sob a orientação da Profª Me.Zoraia Aguiar Bittencourt.

Erechim
2014

Dedico esse trabalho a minha mãe e a meu pai, que, mesmo sem entenderem o significado de uma graduação, sempre me apoiaram nessa jornada. A meus irmãos, por acreditarem em minha capacidade apesar da distância.

A minha irmã, que me alegra por seguir meus passos. Ao meu namorado, por toda confiança, carinho, apoio e incentivo que depositou em mim, me amando apesar da solidão e da distância.

E a todos que me apoiaram e incentivaram nos momentos da dúvida e da certeza dos caminhos percorridos.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, que em nenhum momento me deixou sozinha.

Ao meu namorado, Ivan, pelo apoio, carinho, confiança, compreensão e incentivo durante o desenvolver dessa caminhada. Obrigado por estar ao meu lado sempre.

Agradeço a minha mãe e ao meu pai por terem me dado a vida e o carinho, incentivando-me sempre a seguir a diante.

Aos meus irmãos, pelos momentos de descontração e leveza, meu muito obrigada.

Um obrigada especial a minha irmã, Sandra, que em todos os momentos acreditou que eu poderia conseguir ser quem hoje sou.

A minha professora orientadora, meu muito obrigada pela compreensão, esforço e ajuda.

A todos os professores que contribuíram para a minha formação e aprendizagens.

Agradeço também a todas as minhas colegas que caminharam comigo nesses anos de estudo.

Ninguém ignora tudo.Ninguém sabe tudo.Todos nós sabemos alguma coisa.Todos nós ignoramos alguma coisa.Por isso aprendemos sempre.

(Paulo Freire)

RESUMO

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) trata do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), mais especificamente das publicações sobre este tema divulgadas na Biblioteca Científica Eletrônica em Linha (SCIELO) nos períodos de 2012, 2013 e 2014. O questionamento que embasa a constante discussão pode ser assim constituído: O que vem sendo enfatizado nas publicações sobre o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa no SCIELO no período de 2012, 2013 e 2014? Este estudo justifica-se pela intensa discussão que está sendo problematizada a partir da criação do PNAIC e também pelas contradições e dúvidas que são relativas ao mesmo. O texto busca traçar um levantamento das principais publicações, e suas ênfases, sobre o PNAIC, publicados no SCIELO. Para realização desse trabalho, foi desenvolvida pesquisa bibliométrica de caráter qualitativo/quantitativo, com a análise de 20 textos publicados no SCIELO. Como resultado pode ser considerado que, entre as publicações relativas ao tema, a ênfase maior pode ser sentida na explicação sobre o que é o PNAIC, como ele foi implantado e quais são os seus objetivos. Na sequência, estão as publicações que se referem à formação de professores através do programa e também aquelas que tratam das avaliações decorrentes do mesmo. O PNAIC aparece, predominantemente, como um acordo entre a União e os municípios para cumprir a meta de alcançar a média 6,0 no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) até o ano de 2022. Compromisso esse estabelecido a partir do Decreto nº 6.094/2007 do Programa de Metas Compromisso Todos pela Educação. No que se refere à formação de professores predomina a escrita sobre a necessidade de uma formação continuada de qualidade e sobre as bolsas oferecidas gratuitamente aos docentes. Destacam-se também a Prova Brasil e a avaliação em ciclos sem a reprovação nos primeiros anos do Ensino Fundamental. A sentença conclusiva mais repetida nos textos se refere à importância do PNAIC e a necessidade de maior adesão ao mesmo por parte dos municípios. Assim, o PNAIC pode ser percebido, a partir das publicações analisadas, como um programa que está em fase de implantação devendo ser estudado e analisado para redimir possíveis dúvidas em relação ao seu propósito e, principalmente, devem ser observadas com atenção a relação do mesmo com as ênfases destacadas nas publicações na área da educação.

Palavras-chave: Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC). Publicações. Educação.

LISTA DE SIGLAS

ABC	Avaliação Brasileira do Final do Ciclo de Alfabetização
ANA	Avaliação Nacional da Alfabetização
ANPED	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação
BIRD	Banco Interamericano para a Reconstrução e Desenvolvimento
BM	Banco Mundial
ENDIPE	Encontro Nacional de Didática e Práticas de Ensino
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FMI	Fundo Monetário Internacional
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
IDEB	Índice Desenvolvimento da Educação Básica
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
MEC	Ministério da Educação
PDE	Plano de Desenvolvimento da Educação
PNAIC	Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa
PNE	Plano Nacional de Educação
PNLD	Programa Nacional de Livros Didáticos
PNU	Nações Unidas para o Desenvolvimento
SCIELO	Biblioteca Científica Eletrônica em Linha
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância

SUMÁRIO

1 OS TRAÇOS DO CAMINHO INICIAL	9
2 AS POLÍTICAS PÚBLICAS E SUAS CONDICIONALIDADES	12
2.1 PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA E SUAS CONJUNTURAS	15
3 REFERENCIAL METODOLÓGICO	22
4 PUBLICAÇÕES RELACIONADAS COM O PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA: IMPASSES E PERSPECTIVAS	25
4.1 O PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA NAS PUBLICAÇÕES	27
4.2 FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO PNAIC	30
4.3 AVALIAÇÕES NAS PUBLICAÇÕES SOBRE O PNAIC	32
5 UMA FINALIZAÇÃO SE FAZ NECESSÁRIA... ..	34
REFERÊNCIAS	
APÊNDICES	

105 TRAÇOS DO CAMINHO INICIAL

O tema estruturante para o desenvolvimento do presente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC). Para delimitação de estudo, o foco serão as pesquisas sobre o PNAIC publicadas na Biblioteca Científica Eletrônica em Linha (SCIELO) nos períodos de 2012, 2013 e 2014, e a análise de suas respectivas ênfases.

A pergunta que faz o norteamento das investigações no desenrolar do texto se traduz pelo seguinte questionamento: O que vem sendo enfatizado nas publicações sobre o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa no SCIELO no período de 2012, 2013 e 2014?

Como justificativa da realização de estudos nessa área, pode-se dizer que o PNAIC foi e está sendo intensamente discutido por cidadãos de todo país, principalmente por educadores e pessoas envolvidas com o sistema educativo brasileiro. Essas discussões perpassam por todo o contexto do PNAIC, desde a sua nomenclatura, sua forma de avaliação, a formação dos professores envolvidos, o seu objetivo e os resultados obtidos a partir da implantação do mesmo.

Entretanto, nem todas as pessoas entendem o que vem a ser o PNAIC. Existem ainda dúvidas frequentes sobre o mesmo, e as escolas são, por vezes, contraditórias em seu fazer pedagógico sobre a alfabetização, pois compreendem a necessidade de cumprir o objetivo central do programa, alfabetizando a todas as crianças até os oito anos de idade, mas sentem intensas e inúmeras dificuldades para propiciar isso aos estudantes.

Dessa forma, torna-se necessário o desenvolvimento de materiais de pesquisa sobre o tema proposto e a análise dos principais pontos discutidos em publicações referentes ao PNAIC na área da educação, pois, se a discussão nas escolas é intensa e variada, um trabalho de análise desses estudos pode apresentar um panorama sobre o pensar e o agir neste programa.

Segundo o Ministério da Educação (MEC), o Brasil possui inúmeros desafios na educação escolar pública, mas nenhum é mais importante do que garantir a plena alfabetização de todas as crianças até o final do terceiro ano do Ensino Fundamental, quando as mesmas completam oito anos de idade.

Sendo assim, o PNAIC foi proposto para cumprir esse desafio do governo federal no Programa de Metas Compromisso Todos pela Educação, criado por meio do Decreto nº 6.094/2007, para que o Brasil chegue com a nota 6,0 no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) em 2022. Esse programa propõe o envolvimento de “todas as

peças” na educação e em sua melhoria, ou seja, a colaboração da comunidade, dos municípios, dos estados, do Distrito Federal, de Organizações de Iniciativa Privada, de toda a sociedade em geral, em prol dessa melhoria na educação.

O PNAIC traz consigo inúmeras outras variáveis para a educação. Entre essas diversas variáveis que emergem conjuntamente com o programa podem ser elencadas as diferentes problematizações daí decorrentes, uma vez que o PNAIC está sendo recebido/rejeitado e implantado nas escolas com interpretações por vezes antagônicas entre si.

Outros percalços para o PNAIC podem ser decorrentes de seu regimento interno e do seu projeto político-pedagógico, da heterogeneidade de pensamentos dos docentes e das concepções dos mesmos e também da intervenção de outras iniciativas do governo federal, tais como Provinha Brasil, Progressão Continuada e outros.

É essa consolidação do entendimento teórico da relação proposta pelo PNAIC que se pretende contextualizar e compreender a partir de problematizações levantadas por estas pesquisas realizadas e interligadas com o fator de apropriação do significado e dos objetivos do PNAIC.

Principalmente por essas considerações é que se decidiu aprofundar a relação de ênfase entre os temas derivados do PNAIC considerados nas publicações do SCIELO, para melhor compreensão das relações de dúvida, de polêmica e de compreensão dessa política pública do governo federal desenvolvida a partir de parcerias com todas as demais unidades da federação.

Como o objetivo do texto generaliza e torna o assunto uma discussão integral, se faz necessário traçar outros objetivos mais específicos em concordância com aquele principal destacado no texto anteriormente. Por isso pretende-se, também, compreender o que é o PNAIC, quais seus objetivos e como se dá sua implantação, identificar como se dá o processo da formação de professores nesse contexto, verificar a utilização de materiais didáticos específicos para o desenvolvimento do PNAIC, perceber a relação do PNAIC com os outros programas do governo federal, como o Programa de Metas Compromisso Todos pela Educação e o Plano de Ações Articuladas e averiguar o relacionamento do PNAIC com as políticas educacionais.

Para que esses objetivos possam ser alcançados, são necessárias inicialmente algumas colocações relevantes sobre o referido tema, tais como uma exposição sobre Internacionalização das políticas educacionais, intercalando-se constante e ativamente com conceitos relativos à alfabetização e em termos mais amplos à própria educação, pois Rodriguez (2009) percebe essa internacionalização das políticas educacionais e a

descentralização das mesmas como fatores determinantes, que interferem e afetam diretamente a instituição escolar e conseqüentemente a educação como um todo.

As políticas públicas, neste sentido, podem ser consideradas personagens de constante presença na atual educação brasileira, nas salas de aula e também em outros momentos de estudo, principalmente nos primeiros anos do Ensino Fundamental, onde está situado com mais especificidade o PNAIC, um dos programas resultantes das metas e operacionalizações acarretadas pela internacionalização das políticas públicas e que será o tema do trabalho ora elaborado.

Faz-se necessária ainda uma elaboração sintetizada do significado global e geral do PNAIC, de seus objetivos e propósitos enquanto programa do governo federal voltado para a alfabetização de todas as crianças até os oito anos de idade (BRASIL, 2007). Para tanto, o texto adentrará na questão da significância e do entendimento do PNAIC, discutindo conceitos e interpretações referentes a ele e também decorrentes de sua constituição e implantação prática nas escolas brasileiras. Isso porque o conhecimento apresentado no âmbito teórico da instituição e planejamento do PNAIC parece diferir de seu desenvolvimento interiorizado na praticidade da instituição escolar. Esse programa é inclusive, como citado por Gomes (2013), a primeira política educacional na qual as professoras recebem dinheiro para participar das formações.

Posterior a essa compreensão geral a respeito do PNAIC, serão analisadas e avaliadas publicações que tratam de aspectos relativos a essa política pública desde a sua criação até o presente momento. Essas análises serão realizadas a partir das publicações do SCIELO e atuarão de forma a classificar e perceber quais abordagens são mais requeridas e pesquisadas sobre o PNAIC.

A partir do próximo capítulo, então, se fará uma discussão referente a essas políticas públicas. Após as discussões pertinentes a elas, será tratado com mais especificidade do PNAIC. A seguir, será realizada uma explanação sobre a forma metodológica de organização do texto, partindo na seqüência para as análises dos dados e para a conclusão do mesmo.

2 AS POLÍTICAS PÚBLICAS E SUAS CONDICIONALIDADES

Tendo em vista que o tema doTCC se baseia na análise de publicações relativas ao PNAIC e que este é uma consequência representativa das políticas públicas, no caso educacionais, que se tornam plausíveis de discussões e interesses mundiais/ internacionais, e não apenas do próprio país em que estão sendo tratadas, ou pelo menos assim deveriam ser, este capítulo irá tratar da internacionalização das políticas públicas envolvendo o PNAIC.

Dessa forma, se faz pertinente a discussão do que vem a ser essa internacionalização, o porquê e o como ela se faz presente, tanto na teoria que questiona e debate assuntos ligados à educação, como na prática das salas de aula que implantaram o PNAIC para a educação das crianças em fase de alfabetização. Sendo assim, trataremos desse tema a partir das considerações a seguir.

A internacionalização das políticas públicas, conforme Sousa (2005), originou uma descentralização da responsabilidade do Estado sobre a educação. Para Maroneze e Lara (2009), o termo acima prescrito começa a ser mais incorporado às discussões sobre a educação principalmente a partir da década de 1980, pois

com a explosão da crise da dívida externa, muitos países, para reverter os efeitos dessa crise, recorreram a empréstimos das agências financeiras multilaterais – Banco Mundial – BM e Fundo Monetário Internacional – FMI e, como contrapartida, tiveram que aderir às reformas estruturais de cunho neoliberal. (MARONEZE; LARA, 2009, p. 3281)

Segundo Toussaint (2002), essa exigência das agências financeiras dicotomizou ainda mais a educação entre os países desenvolvidos e os menos desenvolvidos, colocando aqueles considerados mais “pobres” em um patamar de subordinação e apreciação constante aos países que possuem um desenvolvimento tido como superior. Ele afirma ainda que a condicionalidade expressa nessa relação impede, de certa forma, o desenvolvimento de uma possível economia nacional, visto que transforma os países em propensores a disponibilizarem mão de obra barateada e recursos naturais autênticos.

A educação, nesses países tidos como “periféricos” (MARONEZE; LARA, 2009, p. 3281), recebe influências diretas da internacionalização das políticas públicas, pois as políticas educacionais também são regulamentadas como públicas. Portanto, todos os países que, por qualquer motivo, realizaram empréstimo nas agências financeiras multilaterais recebem um comando internacional, inclusive sobre a perspectiva educacional. Aliás, a

educação é um dos principais condicionantes exigidos pelas instituições financeiras internacionais, visto que

As políticas educacionais cada vez mais apontam para a necessidade de ofertar educação para todos. Observa-se diariamente o surgimento de novas possibilidades que se configuram em diferentes modos para que ninguém fique de fora. Intensificam-se as formas de ingresso, flexibilizam-se organizações curriculares, criam-se novas possibilidades de educação à distância, implementam-se propostas para todas as idades, entre outras opções. Ou seja, o aluno tem múltiplas escolhas. (SARDAGNA, 2014, p. 1).

Sendo assim, a educação está sendo propiciada a todas as pessoas, em todos os países do mundo, se não por políticas nacionais pelas internacionais. Ninguém pode, atualmente, questionar o fato de a educação ser um direito internacionalizado (UNICEF, 1990) de todos os seres humanos. O que pode e, inclusive, deve entrar em discussão é a forma e a qualidade com que essa educação está sendo proporcionada nos diferentes contextos da sociedade dos diversos países envolvidos.

No Brasil, as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de Nove Anos (DCNs) asseguram, nos artigos terceiro e quarto, a educação como um direito de todos e como um dever do Estado. Esse ensino deve ser ofertado gratuitamente, deve ser público e de qualidade, sem requisitos de seleção para o ingresso, devendo ser considerado um direito humano.

A educação pública escolar sofre, portanto, influências também dos conceitos institucionalizados, que propõem um avanço na forma como a educação está sendo compreendida em seus diferentes aspectos históricos. Nesse sentido, a internacionalização das políticas públicas nada mais é do que um espaço de discussões acerca da “heterogeneidade própria de cada país, cada região, expressão de sua cultura, ou seja, de suas formas particulares de realização [...] na produção de seres sociais específicos” (KRAWCZYK; VIEIRA, 2003, p.117).

Assim, Maroneze e Lara (2009) traçam um contundente reforço à colocação anterior quando afirmam que as orientações e discussões vindas de agências multilaterais são aceitas e, igualmente, apresentam variadas formas de efetivação prática e resultados que não são gerados pela expectativa de mudanças.

Por sua vez, Libâneo (2014) descreve a internacionalização das políticas públicas sem fazer distinção entre as outras políticas públicas e as políticas educacionais. Ele assim a conceitua:

A internacionalização das políticas educacionais é um movimento gerado pela globalização em que agências internacionais, financeiras ou não, formulam recomendações sobre políticas públicas para países emergentes ou em desenvolvimento,

incluindo formas de regulação dessas políticas em decorrência de acordos de cooperação entre esses países. (LIBÂNEO, 2014, p. 2).

Retomando a questão já discutida anteriormente no desenvolvimento do presente texto, a internacionalização das políticas públicas, sendo elas educacionais ou não, remetem a uma condição imposta em troca de um auxílio, uma ajuda financeira. Logo, a educação não deixa de ser percebida e associada com a condição econômica, nesse caso do país que assina os acordos cooperativos. Afonso (2003) questiona se a educação oferecida a partir dessas políticas não será também considerada como uma instrução de caráter baseado no dinheiro em que as pessoas mais bem sucedidas terão melhores condições para desenvolver seu potencial, enquanto que os fragilizados economicamente sejam sutilmente deixados à mercê de sua própria sorte. Para ele o compromisso da educação com as lutas sociais revertidas em torno e a favor da igualdade na aprendizagem escolar deve ser mantido, encontrando-se um meio de associá-las com a internacionalização das políticas públicas.

Em consonância a essa educação pública voltada para o social e para a participação e o comprometimento de todos, realizou-se em 1990a Conferência Mundial sobre Educação para Todos, em Jomtien, na Tailândia.

Promovida e patrocinada pelo Banco Mundial (BIRD), Organização das Nações Unidas para a Educação (UNESCO), Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Dessa Conferência resultou um documento histórico — Declaração Mundial Educação para Todos (1990) —base de outras conferências realizadas nos anos seguintes em Nova Delhi, Dakar, etc. No Brasil, foi a referência para o Plano Decenal Educação para Todos (1993-2003), Plano Nacional de Educação (2001-2010), LDB de 2006 e outras diretrizes para a educação do Governo FHC e, em seqüência, do PDE e outros instrumentos legais e organizativos do Governo Lula, que continuam em vigor até o presente (BRASIL, 2014, p. 3).

O Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) acima descrito, conjuntamente com o Plano Nacional de Educação (PNE) estabeleceram um compromisso para alfabetizar todas as crianças até o final do 3º ano do Ensino Fundamental, ou seja, até as mesmas completarem aproximadamente 8 anos de idade. No Manual do Pacto (2012), essa meta pode ser encontrada de forma explicitada e detalhada. E é nesse contexto das políticas públicas e sua internacionalização e também como forma de cumprir a presente proposta que é implantado o PNAIC, “destinado a beneficiar oito milhões de alunos matriculados nos três primeiros anos do Ensino Fundamental.” (GOMES, 2013, p. 5).

Nesse sentido, a próxima seção do texto tratará, de forma mais aprofundada, do PNAIC, estabelecendo relações entre o mesmo e a internacionalização das políticas públicas, tema debatido até o presente momento.

2.1 PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA E SUAS CONJUNTURAS

Baseado na experiência “Programa de Alfabetização na Idade Certa (PAIC)” (GOMES, 2013, p. 5), desenvolvida no estado do Ceará, “o PNAIC foi instituído pelo Ministério da Educação por meio da Portaria nº 867, de 4 de julho de 2012” (BRASIL, 2012).

O PNAIC é um acordo do governo federal com todas as suas federações e municípios abrangentes que aderiram ao programa. Surgiu como uma estratégia governamental para cumprir o compromisso de chegar com a nota 6,0 no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) no ano de 2022, compromisso esse estabelecido a partir do Decreto nº 6.094/2007 do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação.

O Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação corresponde, segundo o MEC, à união de esforços do país e seus entes federados com a colaboração das famílias e comunidade para a melhoria da Educação Básica, sendo composto por vinte e oito diretrizes. Entre essas diretrizes cita-se a segunda, que visa “alfabetizar as crianças até, no máximo, os oito anos de idade, aferindo os resultados por exame periódico específico” (BRASIL, 2014, p.205), que é também um dos objetivos do PNAIC.

Ainda em relação ao PNAIC, com seu objetivo principal, meta de alfabetizar a todos os alunos até os oito anos de idade, pode-se dizer que este está sendo um processo constante de encontros e desencontros, pois, apesar disso estar definido, ser uma lei, e ter acompanhamento e auxílios, poucos educadores estão certos do que fazer e de como fazer.

A idade certa, citada acima, para se alfabetizar e referenciada como correta na própria nomenclatura do PNAIC causou e ainda causa estranhezas e discussões relativas em todo, ou pelo menos em quase todo, o âmbito educacional. Gomes (2013) aborda essa questão como sendo o ponto mais controverso existente sobre o PNAIC.

Alguns educadores questionam essa idade, visto que seus alunos estão em outras séries, como o quarto e o quinto ano, e ainda não são alfabetizados. Eles afirmam, em seus discursos, que é muito difícil alfabetizar até os oito anos de idade, pois os alunos possuem

dificuldades e o tempo para o ensino é curto. Para eles, a idade e o ano limite para que a criança seja alfabetizada devem ser ampliados e não diminuídos, como vem ocorrendo.

Há, ainda, aqueles que defendem que a meta deveria ser a alfabetização aos sete anos de idade, ao fim do segundo ano do Ensino Fundamental. Para esses, o MEC teria sido tímido demais ao estabelecer a meta central do Pacto, ou pior, teria escolhido o caminho mais fácil para executá-lo com êxito. Alguns especialistas criticam a escolha ao compará-la com o desempenho das crianças alfabetizadas em escolas privadas. Estaríamos, assim, mais uma vez, colocando os alunos da escola pública numa posição de desvantagem inicial no processo de escolarização.(GOMES, 2013, p. 10).

Para finalizar ou pelo menos amenizar as heterogeneidades existentes nas concepções de cada grupo de pessoas, Gomes (2013) destaca que a estratégia utilizada para satisfazer a todos foi colocar em uso a palavra máximo. Assim, as crianças podem ser alfabetizadas no máximo até os oito anos de idade, ou seja, elas podem sim ser alfabetizadas com uma idade inferior a essa; entretanto, o limite é o fim do terceiro ano do Ensino Fundamental, quando elas possuem aproximadamente essa idade.

Em um contexto como o brasileiro, onde as desigualdades entre os mais abastados economicamente e aquelas pessoas que são mais pobres e, portanto, possuem menor poder aquisitivo, a educação deveria ser um fator, segundo Gomes (2013), de unificação, que deixaria todas as crianças em um mesmo nível de conhecimento, se é que isso é possível, fossem elas ricas ou pobres. Entretanto, a disparidade no setor educativo faz notar ainda mais essa desigualdade entre as classes sociais, uma vez que a alfabetização da classe escolar pública é discutida para ser definida até a criança atingir os oito anos de idade e muitos educadores ainda consideram cedo demais um aluno saber ler, escrever, enfim ser alfabetizado nessa idade, o fato é que os filhos dos ricos já estão lendo desde os 5 anos. Por que é tão difícil ensinar a ler quando se trata de pobre?

Mas, considerando que o Brasil é um país onde o desenvolvimento da educação anda a passos lentos, é condizente afirmar que é melhor ter crianças alfabetizadas com essa idade do que em idade bastante superior, pois era o que vinha ocorrendo até o momento em que o Plano de Ações Articuladas foi posto em prática.

O Plano de Ações Articuladas corresponde à elaboração de ações para a melhoria da educação que os municípios conjuntamente com os estados e o Distrito Federal passam a fazer após sua adesão ao Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação. (BRASIL, 2014)

Gomes (2013) ressalta também que o PNAIC surgiu de uma necessidade para a melhoria da educação brasileira sentida por toda a população do país. Realmente a educação necessita uma melhoria que propicie uma qualidade superior àquela que vem sendo proporcionada aos estudantes. Essa educação deve considerar e abranger pessoas de todas as classes e condições sociais, respeitando-se as diferenças e contradições existentes entre todos os envolvidos no processo educativo.

Gomes (2013) destaca ainda que as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica colocam os três primeiros anos do Ensino Fundamental, da Educação Básica, em uma organização por meio de ciclos para a alfabetização. Alfabetização essa que não pode, ou pelo menos, segundo essa legislação, não deve acontecer de forma isolada em um único ano porque o aprendizado nos três anos consecutivos poderá ser mais compensatório e proveitoso.

Por causa disso o governo federal, por meio do MEC, escolheu o terceiro ano do Ensino Fundamental para fazer a avaliação desse ciclo, desse processo, pois uma alfabetização que acontece em três anos letivos consecutivos enfoca principalmente o tempo determinado para tal e o processo que deve ser contínuo ano após ano.

Garantir que todos os estudantes das escolas públicas estejam alfabetizados, em Língua Portuguesa e em Matemática, até o final do 3º ano do Ensino Fundamental, melhorar o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) e contribuir para o aperfeiçoamento da formação dos professores alfabetizadores são alguns dos principais objetivos do PNAIC, os quais podem ser encontrados na portaria nº 867, de 04 de julho de 2012, a mesma que instituiu o PNAIC.

O PNAIC é apresentado no Manual do Pacto (2012) com subdivisões em quatro eixos relacionados intrinsecamente consigo próprios e também com os objetivos e ações esperadas como resultados efetivos do PNAIC. Os eixos representados e explanados, ainda que de forma simplificada no manual citado anteriormente, são elencados a seguir:

- I. Formação Continuada de Professores Alfabetizadores;
- II. Materiais Didáticos e Pedagógicos;
- III. Avaliações;
- IV. Gestão, Controle Social e Mobilização.

Entretanto, para que o programa seja implantado efetivamente e com sucesso, necessita-se da cooperação e participação ativa dos professores, que podem ser considerados os principais agentes envolvidos nos processos de ensino e aprendizagem escolar. Para isso,

esses profissionais da educação devem estar bem preparados e seguros de suas ações enquanto educadores.

Dessa forma, o governo federal oferece formação de professores específica e remunerada para aqueles que atuam, segundo Gomes (2013), nas classes alfabetizadoras, de 1º a 3º anos do Ensino Fundamental, que trabalham em consonância com os objetivos e orientações norteadoras do PNAIC. De acordo com Luz e Ferreira (2014), essa formação se dá através de curso presencial com duração de dois anos e com carga horária de 120 horas por ano e é baseado no Programa Pró-Letramento, um programa que, como o PNAIC, é realizado com a presença de professores orientadores que conduzirão as aprendizagens e o desenvolvimento das ações do programa para os outros professores alfabetizadores, cada um colaborando para transmitir as aprendizagens para os professores que atuam na mesma escola ou em locais próximos a ela.

O PNAIC trabalha com a formação dos professores de forma específica em cada ano de estudo. Portanto, “na formação continuada do ano de 2013 foram enfatizadas as linguagens e no ano de 2014 se enfatizará a matemática.” (BRASIL, 2012, p.6). Além de ser um fator determinante para a atualização do professor, a formação continuada, especialmente nas áreas de matemática e português, trazem ao docente um conhecimento maior das inovações da tecnologia e das novas descobertas para melhorar a aprendizagem dos alunos no ciclo.

Gomes (2013) registra que na portaria nº 1.458/2012 se coloca a concessão de bolsas para os professores colaboradores do PNAIC como responsabilidade do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), sendo concedido, como expresso na portaria nº 90, de 06 de fevereiro de 2013, um valor de R\$ 200,00 para os professores alfabetizadores e R\$ 765,00 para os professores orientadores.

Se, por um lado, os professores se encontram “perdidos”, sem saber muito bem o que fazer com “esse tal de PNAIC”, por outro lado, alguns resultados positivos já podem ser sentidos, e, se não o fossem, pelo menos contribuiriam para a reflexão acerca da educação, em especial da alfabetização, como relatam Moreira e Oliveira (2013) quando fazem uma seleção dos resultados obtidos a partir do PNAIC.

Para esses autores a mudança na prática escolar protagonizada pelo PNAIC não acontece, como nenhuma mudança acontece, de uma hora para outra, são necessários processos por vezes longos e trabalhosos para desmistificar costumes impregnados na dialética profissional dos professores. Entretanto, essas mudanças ocorrem e, como pode se ver em Moreira e Oliveira (2013), de forma bastante rápida, pois, após um ano de ações e

formações do PNAIC, já podem ser sentidos avanços, como esses que serão discutidos a seguir.

O trabalho em grupo, o retorno dos resultados para os professores, a valorização dos profissionais alfabetizadores, a boa qualidade do material pedagógico oferecido, aparecem na grande maioria das propostas de formação de professores. Mas, somente o PNAIC conseguiu cumprir todas essas determinações, pois valoriza o trabalho coletivo dos docentes para que um ajude ao outro em suas necessidades de compreensão. Enfatiza a alfabetização e, portanto, aqueles professores que nela atuam e que geralmente são excluídos, oferece não apenas uma formação adequada, onde a prática é resultante da teoria vista continuamente, como também materiais que propiciam a interação e a aprendizagem, não sendo, porém, a única possibilidade de recursos da sala de aula.¹

Eles destacam também que as principais dificuldades sentidas sobre a realização prática das formações continuadas no âmbito do PNAIC são essencialmente as constantes reclamações e queixas dos professores envolvidos referentes à falta de disponibilidade de tempo, pois são encarregadas de uma excessiva carga de trabalho e de estudo.

Outra colocação se refere à dificuldade na entrega dos materiais didáticos no tempo certo, pois, quando os mesmos são entregues, geralmente, as aulas já se iniciaram, e os docentes enfrentam ainda grandes dúvidas quanto à forma de aplicação dos conteúdos, necessitando fazer a observação do embasamento que os livros didáticos oferecem.

Conforme a autora,

em 2009 e 2011, Resoluções sobre o PNLD, publicadas pelo MEC (Res. nº 60, de 20/11/2009, e Res. nº 10, de 10/03/2011), estabelecem a aquisição de livros didáticos, seriados e consumíveis, para 1º, 2º e 3º anos, abrangendo os componentes curriculares de ‘Alfabetização Matemática’ e ‘Letramento e Alfabetização’.
(GOMES, 2013, p. 10).

Entretanto, esses livros didáticos não deveriam ser a única forma de trabalho do professor, já que podem sim auxiliar, mas incrementar o modo de dar aula depende de cada docente e de suas concepções acerca da alfabetização. O livro didático pode ser usado como material de suporte específico para o desenvolvimento de estratégias e ações adquiridas através do PNAIC, mas ele por si só não basta, outras estratégias devem ser pensadas para a melhoria objetiva da educação.

Outro eixo destacado no Manual do Pacto (2012) são as avaliações, reunindo principalmente três componentes: a) as avaliações processuais, que, como o próprio nome já

¹Ressalta-se, nesse momento, que todas as colocações do parágrafo anterior e também as que serão descritas no presente e nos seguintes parágrafos são resultados de pesquisas e entrevistas realizadas por Moreira e Oliveira (2013).

anuncia, são, na verdade, um processo que o professor deve fazer com os alunos diariamente em sala de aula; b) uma avaliação maior, a Provinha Brasil, aplicada aos alunos no início e ao final do 2º ano do Ensino Fundamental para que os professores percebam a diferença no cognitivo dos educandos, avaliando, assim, o desenvolvimento de sua aprendizagem; c) a responsabilidade geral está centrada em torno do Ministério da Educação, que aplica junto aos estudantes que estão acabando o 3º ano do Ensino Fundamental uma avaliação, através do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), que condiciona e proporciona eventuais ajustes no programa.

A importância das avaliações é consideravelmente grande, uma vez que cada programa, ação, planejamento ou aplicação requer um processo contínuo de revisão, de observação, que colaboram para a incrementação ou modificação do que está sendo realizado.

Entretanto, as avaliações realizadas dessa forma, em larga escala, podem ocasionar competições, rankiamentos, e outras atitudes dessa natureza entre as escolas, os professores, os alunos. Enfim, um questionamento importante que deve ser feito é referente ao real objetivo dessas avaliações, se elas possuem como finalidade a educação e a aprendizagem dos educandos ou visam formar uma hierarquia entre melhores, com boas notas, e piores, com notas mais baixas.

É preciso que se esteja atento a todas as minúcias recorrentes ao que está sendo problematizado, principalmente na área da educação, para que não se implante algo que seja simples e somente repassado para as escolas e aí permaneça estático, com pouca ou nenhuma apropriação prática no cotidiano da instituição escolar.

Como última questão elaborativa dos eixos do PNAIC aparece o Controle Social e Mobilização, que, conforme o Manual do Pacto (2012), estabelece uma proposta institucional para comandar o PNAIC e é agrupado em quatro instâncias, que são: “um Comitê Gestor Nacional; uma coordenação institucional em cada estado, composta por diversas entidades, com atribuições estratégicas e de mobilização em torno dos objetivos do Pacto; Coordenação Estadual, responsável pela implementação e monitoramento das ações em sua rede e pelo apoio à implementação nos municípios; e Coordenação Municipal, responsável pela implementação e monitoramento das ações na sua rede”. (BRASIL, 2012, p. 14).

Ou seja, esse último eixo trata mais da questão burocrática da implantação do PNAIC, dos setores políticos da sociedade responsáveis por cada parte e por cada etapa do programa. Destaca-se aqui a integração e colaboração de diversos setores e campos da sociedade que envolvem desde o governo federal, o estadual, os municípios e, inclusive, faz uma menção ao

desenvolvimento coletivo do PNAIC, o que, se visto por outro ângulo, causa a fragilidade e o enfraquecimento do poder do Estado.

Nesse sentido, percebe-se a relação ampla do PNAIC com outros programas do governo federal, como o Programa de Metas Compromisso Todos pela Educação e o Plano de Ações Articuladas e também a relação concomitante do mesmo com diversas instituições relacionadas direta ou indiretamente com a educação, como o INEP, a UNESCO e outros, pois, para que se construa uma educação pautada na capacidade dos sujeitos, a relação com todos os setores da sociedade vem se fazendo necessária e indispensável num contexto de internacionalização das políticas educacionais.

Por outro lado, para que o objetivo central do PNAIC seja atendido em sua totalidade, é necessário, portanto, relacioná-lo constantemente com as políticas internacionais e observar a importância considerável que a alfabetização e o letramento possuem no âmbito escolar, pois somente com uma educação de intensa qualidade e comprometimento dos envolvidos poderá se assegurar o inegável direito do aluno ao saber provindo da educação escolar.

Para que se possa compreender a relação prática do PNAIC com as publicações dele decorrentes, analisando também pelos vieses colocados em discussão no parágrafo acima, passa-se, a partir de agora, a encaminhar a escrita para a pesquisa de análise das publicações propriamente ditas. Porém, antes disso uma explanação da parte metodológica do desenvolvimento do trabalho se faz necessária, sendo esse o caminho a se percorrer no viés da pesquisa realizada.

3REFERENCIAL METODOLÓGICO

O presente estudo foi elaborado a partir de pesquisas que envolvem tanto o método qualitativo, que busca uma ênfase maior na qualidade resultante a partir dos estudos e pesquisas, quanto no método quantitativo, uma vez que serão analisadas publicações da área da educação no SCIELO, tendo que ser enumeradas e demarcadas em suas quantidades.

As discussões aqui apresentadas serão desenvolvidas a partir de estudos de trabalhos anteriormente realizados. Será realizada uma análise dos trabalhos publicados no SCIELO nos últimos três anos, ou seja, nos anos de 2012, 2013 e 2014.

Este trabalho será baseado no método bibliométrico, que analisa produções científicas com base em variáveis, como ano, instituição, região geográfica, área do conhecimento, entre outras. Nesse trabalho especificamente se pensará a partir das ênfases dos trabalhos que tratam do PNAIC.

Segundo Araújo e Alvarenga (2012), as pesquisas bibliométricas começaram a ser utilizadas no início do século XX. No entanto, ainda são poucas as publicações de trabalhos sobre a mesma, havendo, entretanto, um crescimento neste método de trabalho no final da década de 90.

De acordo com Araújo e Alvarenga (2012), a pesquisa bibliométrica pode ser explicada como:

A bibliometria, como área de estudo da Ciência da Informação, tem um papel relevante na análise da produção científica de um país, uma vez que seus indicadores podem retratar o comportamento e desenvolvimento de uma área do conhecimento. Investigar os estudos bibliométricos praticados no Brasil, efetuando um recorte na produção científica [...] brasileira, independentemente da área disciplinar, constitui a principal motivação para a realização da pesquisa apresentada. A partir de uma análise bibliométrica com a aplicação do método quantitativo-descritivo, verifica-se o progresso no uso desse mesmo método por pesquisas consideradas importantes nos campos científicos. (ARAÚJO;ALVARENGA, 2012, p. 11)

Como a pesquisa bibliométrica está sendo cada vez mais requisitada e considerada importante no meio acadêmico, considera-se que a mesma será utilizada também nessa produção visando a qualidade sem deixar de considerar as especificidades quantitativas provindas das análises das publicações no SCIELO, bem como as características dos textos estudados que passarão a ser analisados no próximo capítulo do texto, que irá estudar as ênfases encontradas nos textos cujo assunto ou tema integraliza ou cita o PNAIC e seus questionamentos vistos a partir dessa parte do texto.

Os textos das publicações serão analisados pelo viés da Análise de Conteúdo, de Lawrence Bardin (2010), que define as análises como uma técnica que permite investigar algo

que se quer conhecer de forma mais aprofundada. Nesse caso, a investigação será referente às ênfases das publicações sobre o PNAIC, que serão realizadas no decorrer deste.

Inicialmente, se faz necessária uma explanação de como foi realizada determinada pesquisa. A busca no site da SCIELO foi desenvolvida a partir dos termos: PNAIC, Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa e Pacto/Educação. Também foi usado o termo Internacionalização das Políticas Públicas com o objetivo de perceber se apareceriam, a partir disso, textos e reflexões repetidas, o que realmente ocorreu, já que, ao ser digitado esse termo, apareceram publicações iguais. Como exemplo pode ser citado o texto: *Um balanço crítico da “década da alfabetização” no Brasil*, de Maria do Rosário Longo Mortatti, o qual havia sido encontrado anteriormente quando a palavra determinante de busca era PNAIC. Por isso houve o constante e necessário cuidado para não repetir informações dos mesmos artigos no quadro² construído para melhor análise dos dados objetivos e subjetivos encontrados nos textos, sendo que esse quadro será de cunho importante e também será exemplificado e explicado pormenormente no decorrer do desenvolvimento do presente trabalho.

Ao ser digitado o termo PNAIC, primeiro descritor buscado na grade de busca do SCIELO, fazendo um recorte dos anos de 2012 a 2014, ou seja, desde o ano em que o PNAIC foi criado até o momento da realização da pesquisa, apareceram aproximadamente 276 resultados. Entretanto, a grande maioria deles estava em língua estrangeira, ou seja, não estavam em português. Sendo assim, foram observados apenas aqueles escritos na língua portuguesa.

Posteriormente a isso foi digitado para busca a expressão Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, sendo também encontrados 276 resultados aproximadamente. Esses artigos foram observados e classificados, juntando-se aos encontrados anteriormente, sendo que na hora de fazer as análises os documentos não foram separados pela forma como foram localizados, uma vez que alguns apareciam repetidos, tendo em sua estrutura todas, ou pelo menos grande parte, das palavras de busca.

Como outra forma de encontrar os textos, foram colocadas na grade de procura do SCIELO as palavras PNAIC e educação, sendo separadas por uma barra, ficando assim: PNAIC/educação. Nessa busca foi encontrado apenas 1 artigo relacionado com o assunto.

Por fim e, inclusive, por serem relacionadas diretamente com o PNAIC, foi realizada uma busca com o termo Internacionalização de Políticas Públicas/PNAIC e Internacionalização de Políticas Públicas/Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, sendo que não foi encontrado nenhum texto relacionado. Se fossem encontrados textos, ficaria

² Ver a tabela citada no anexo do presente trabalho.

mais clara a constituição do programa, que abrange diretamente essas políticas internacionais e, conseqüentemente, se poderia confirmar o conhecimento sobre isso pelos pesquisadores e estudiosos do assunto.

Em suma, foram encontrados um total aproximado de 276 documentos que faziam algum tipo de referência ao PNAIC. O critério de escolha de quais trabalhos seriam analisados foi definido pelo título e pelo resumo, os quais deveriam conter o termo pesquisado. Foram observadas, também, atentamente, as ênfases ou a repetição constante da expressão PNAIC no corpo do trabalho.

Após uma leitura flutuante dos títulos e dos resumos dos artigos, restou um total de 20 textos para serem analisados e estudados para que uma verificação mais perceptiva das ênfases do PNAIC em cada artigo pudesse ser definida e dialogada com as preocupações e esperanças que o programa traz em seus desenvolvimentos prático e teórico.

Assim, passa-se, a partir do próximo capítulo, a fazer um estudo mais aprofundado dessas publicações³ com a finalidade de realizar as análises descritas anteriormente.

³Os textos analisados serão lidos na íntegra.

4 PUBLICAÇÕES RELACIONADAS COM O PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA: IMPASSES E PERSPECTIVAS

Após as reflexões realizadas anteriormente sobre a internacionalização das políticas públicas, e principalmente sobre o PNAIC, busca-se definir nesse momento as principais ênfases encontradas nas publicações do SCIELO nos anos de 2012, 2013 e 2014 referentes ao PNAIC.

Partindo para essas análises propriamente ditas, pode-se perceber que a maioria dos textos foi publicada nos anos de 2013 e 2014, tendo em média 8 publicações de caráter mais pertinente ao PNAIC em cada ano. Já no ano de 2012 não foi encontrada nenhuma publicação. Pode-se, a partir daí, fazer a suposição de que, por ser esse o ano da implantação do programa, nada foi publicado devido ao desconhecimento do mesmo.

Entretanto, as ênfases dadas ao PNAIC nas publicações analisadas variam consideravelmente, sendo diferenciadas de produção para produção. Isso pode ser percebido naqueles textos que evidenciam em suas conjunturas a forma de implantação ou os objetivos do PNAIC, revelando que os textos discutem mais propriamente a formação de professores ou a alfabetização plena até o final do terceiro ano do Ensino Fundamental.

Dentre os textos encontrados no SCIELO, com um recorte que perpassa o ano de sua implantação e os dois anos consecutivos a ela, já citados anteriormente no texto, apenas três produções colocaram o PNAIC em ênfase no seu título. É de fundamental importância considerar que todos os três textos foram escritos no ano de 2014, tendo nisso um ponto de igualdade entre eles.

Ainda sobre esse ponto de análise podem ser consideradas relevantes para a presente pesquisa as palavras-chave desses textos, sendo que a única palavra que se repete em todos eles é a alfabetização. O termo PNAIC pode ser encontrado em duas dessas publicações com a diferença única de que em uma delas são colocadas as palavras integralizadas do termo, já no outro texto ela se encontra referenciada pela sua sigla. As palavras diversidade, políticas educacionais, educação especial, práticas pedagógicas, letramento e formação continuada também apareceram nas palavras-chave.

Os objetivos dos três textos também são diferenciados entre os mesmos, sendo que um deles pretende apresentar as ações de formação de professores no Programa de Formação Continuada de Professores Alfabetizadores – Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa desenvolvidos na Universidade Estadual de Ponta Grossa no Paraná. Já o outro objetivou refletir noções de cultura, diversidade sociocultural, diferenças e identidades,

problematizando questões de preconceito e discriminação. O outro texto possui como temática a alfabetização, analisando a proposta de alfabetizar até o 3º ano a partir das orientações do PNAIC.

A metodologia das pesquisas acima apresentadas podem ser consideradas como sendo diferentes entre elas, pois uma delas se baseou em um estudo de caso em uma escola de Porto Alegre/RS com entrevista semiestruturada com professores do 1º, 2º, 3º anos do Ensino Fundamental e com os alunos dessas turmas. Por outro lado, os outros dois textos foram realizados através de pesquisas bibliográficas, sendo um deles também de pesquisa etnográfica.

Em suas conclusões, os pensamentos dos autores dos textos analisados podem ser de certa forma identificados como concordantes entre si, uma vez que eles consideram produtivas as reflexões e ressignificações surgidas a partir das formações continuadas de professores e implantação do PNAIC, pois elas geram uma reflexão acerca das práticas educativas de sala de aula.

Também ficou claro nas abordagens a necessidade de uma adesão maior ao programa (PNAIC) e continuação daquelas já existentes, como o respeito e a integração aos ciclos de alfabetização propostos pelo mesmo, devendo ser considerada importante ou até mesmo fundamental a ampliação e o aprofundamento dos estudos propostos pelo PNAIC, especialmente no que tange à alfabetização matemática e às diferenças multiculturais.

Esses textos analisados acima constituem os principais achados nas produções referentes ao PNAIC no SCIELO, por isso constituíram uma análise diferenciada dos demais textos que passam a ser explorados a partir desse momento.

A ideia de analisar 20 textos pode ser problematizada nesse momento, pois estão permanecendo apenas 17 produções acadêmicas para serem analisadas, uma vez que três delas, as consideradas mais enfáticas em relação ao tema, já foram descritas parágrafos acima de forma a priorizar a qualidade da percepção significativa que deu importância aos textos.

Desses 17 artigos apenas dois deles possuem o termo PNAIC em seu resumo, não aparecendo também esses conceitos nas palavras-chave das escritas publicadas. Isso pode evidenciar que o enfoque central dos textos, mesmo os que em algum momento se referem ao PNAIC, não é nesse sentido, embora apareçam palavras, tanto nos resumos, como nas palavras-chave, que se referem a outras iniciativas governamentais que possuem relação direta com o PNAIC, como a Provinha Brasil, Prova ABC e a questão das políticas públicas, sejam elas internacionalizadas ou não.

Antes de evidenciar as particularidades do texto, pode se considerar a recorrência com que o termo que está sendo pesquisado aparece nos textos, pois isso influencia a ênfase de cada trabalho. Nesse sentido, pode ser observada no quadro abaixo a recorrência da palavra PNAIC nos textos analisados.

PNAIC em recorrência	
Recorrência da expressão PNAIC	Quantidade de textos com esse número de termos.
1	7
2	3
3	1
Mais que 3 vezes	6

Fonte: elaborado pela autora

Os objetivos dos textos, por diversas vezes, aparecem com recorrência, o que leva a pensar que muitos dos autores trabalham com a mesma linha de pensamento. Sendo assim, começa-se, nessa análise, a observação e a descrição inicialmente por aqueles artigos que possuem mais objetivos em comum.

Assim, as três principais ênfases encontradas na análise das publicações do SCIELO que passam a ser discutidas a partir desse momento, podem ser descritas como: aquelas publicações com ênfases sobre o significado da expressão PNAIC, como ele surgiu e foi implementado e outras discussões a respeito do próprio PNAIC e dos decretos e bases da legislação efetuados a partir do mesmo; destacam-se também aqueles textos que enfatizam a formação, inicial e continuada, de professores, estratégias para essas formações, bem como estudos de caso referentes a essa formação já existentes; outro ponto em destaque é a política de avaliação do PNAIC, onde se enfatiza principalmente a Prova Brasil.

Portanto, a partir desse momento, serão problematizadas as ênfases destacadas acima, sendo que, inicialmente, se discutirá a questão do PNAIC e sua relação geral com as publicações analisadas sobre ele próprio, como por exemplo o seu decreto de criação e a causa pela qual o mesmo foi implementado, ressaltando que todos os textos selecionados, conforme explanado no capítulo do referencial metodológico, foram lidos em sua totalidade, ou seja, na íntegra.

4.1 O PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA NAS PUBLICAÇÕES

Das publicações analisadas, podem ser destacados textos que falam sobre o significado e o modo como surgiu o PNAIC. Entretanto, os mesmos fazem uma caracterização do que vem a ser esse termo, sem fazer nenhuma discussão mais aprofundada: na maioria dos casos, esse termo aparece apenas uma vez e, em alguns, ele é encontrado apenas com a definição, que afirma ser um programa que possui como objetivo alfabetizar todas as crianças até os 8 anos de idade.

No entanto, um dos textos analisados se refere ao mesmo especificando seu surgimento e como ele está sendo implantado e trabalhado nas escolas. Santos (2014) faz diversos questionamentos que irão nortear o desenvolvimento de sua produção. Entre essas interrogações está a indagação que a autora faz referente ao aproveitamento real dos alunos nos três primeiros anos do Ensino Fundamental, visto que, como a reprovação não ocorre nesses anos, devido a uma proposta do PNAIC de organizá-los em ciclos, os estudantes são aprovados automaticamente.

Assim, Santos (2014) reflete se essa aprovação está permeada por saberes e aprendizagens ou se os alunos estão sendo apenas “empurrados” para a próxima fase de escolarização sem terem o mínimo de conhecimento para que isso ocorra. Já em outro texto analisado, o PNAIC é visto como uma política social, uma ação afirmativa, configurada como “uma ação reparatória/compensatória e/ou preventiva, que busca corrigir uma situação de discriminação e desigualdade infringida a certos grupos no passado” (MOEHLECKE, 2009, p. 203).

No Brasil essa ação, o PNAIC, visa atender uma proposta de política pública internacional realizada em decorrência de auxílio financeiro para melhoria da situação econômica do país. Seria essa uma forma dos países mais desenvolvidos repararem as altas taxas de juros cobradas pelos empréstimos efetuados ao mesmo tempo em que conseguem manter e comandar o Brasil, ou pelo menos, a parte que se refere à educação?

Reflexões como as apresentadas acima são fundamentais para a compreensão do PNAIC e da Internacionalização das Políticas Públicas, mas, infelizmente, são poucas as publicações referentes a essa temática, sendo mais comuns aquelas em que o PNAIC inicia no seu decreto de criação sem nenhuma discussão mais aprofundada sobre a real origem do mesmo.

Mesmo assim, algumas publicações que se referem ao PNAIC como “um compromisso formal assumido pelo governo federal do DF, dos estados e municípios que assegura que os alunos [...] estejam alfabetizados ao final do 3º ano do ensino fundamental”

(BARROS,2013) não deixam de ser importantes para o conhecimento inicial ou o aprofundamento deste sobre o programa.

Neste texto, Barros (2013) também faz uma citação de um documento do governo federal que se refere ao desenvolvimento de conhecimentos que as crianças deverão ter ao sair do 3º ano do Ensino Fundamental. Assim, o MEC propõe que

aos oito anos de idade, as crianças precisam ter a compreensão do funcionamento do sistema de escrita; o domínio das correspondências grafofônicas, mesmo que dominem poucas convenções ortográficas irregulares e poucas regularidades que exijam conhecimentos morfológicos mais complexos; a fluência de leitura e o domínio de estratégias de compreensão e de produção de textos escritos (BRASIL, 2012, p.51).

Essa é mais uma forma convidativa para que se pesquise e escreva mais sobre o PNAIC, pois um trecho como o citado acima é de difícil compreensão. Sendo assim, estudiosos e pesquisadores poderiam escrever de forma mais simples e direta aos professores para que a proposta fique mais compreensível para eles.

Autores como Oliveira e Pinto (2013) citam o PNAIC e enfatizam a utilização de materiais práticos para a alfabetização e, dizendo ser essa uma política do MEC, traçam também um apanhado das aprendizagens que devem ser desenvolvidas nos três primeiros anos do Ensino Fundamental no ciclo da alfabetização.

Essa proposta não se configura como uma novidade para os educadores, tendo em vista que na formação inicial, quando os mesmos estão frequentando o Ensino Superior, se fazem diversas colocações a esse respeito, pois é com o desenvolvimento de operações e sistematizações derivadas de materiais práticos que os alunos desenvolvem mais seu potencial, se for comparado com a aprendizagem teórica apenas.

Já Mortatti, Oliveira, Pasquim (2014) o relacionam com as políticas públicas implantadas em prol da educação. Esses autores descrevem o PNAIC fazendo uma referência de sua implantação como política da educação, considerando o programa como um avanço nessa área educativa. Segundo eles,

Ao mesmo tempo em que vêm confirmar a importância de abordagens que considerem a característica interdisciplinar e multifacetada da alfabetização, esses avanços são acompanhados de contradições, que representam importantes desafios aos pesquisadores, visando tanto à compreensão da permanência de motivações e finalidades pragmáticas e imediatistas quanto à proposição de novos temas, objetos e vertentes teórico-metodológicas para o desenvolvimento de novas pesquisas que fazem falta, conforme necessidades diagnosticadas e avanços almejados, do ponto de vista científico e social.(MORTATTI;OLIVEIRA;PASQUIM, 2014, p.1).

Em geral, os textos analisados traduzem a ideia de alfabetização e letramento de uma maneira mais generalizada, sendo que alguns, entretanto, fazem um recorte e enfatizam mais a alfabetização da língua materna e a alfabetização matemática através do PNAIC, falando também da educação inclusiva, sem tratar da educação como um todo.

Outra ênfase encontrada e destacada nas publicações referentes ao PNAIC é a formação de professores, principalmente para docentes que trabalham nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Portanto, a próxima seção dessa escrita irá tratar dessa temática.

4.2 FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO PNAIC

Como segunda ênfase mais encontrada nos textos das publicações analisados pode ser destacada a formação de professores, a qual se constitui como indispensável para o alcance de bons resultados na implantação e no desenvolvimento do PNAIC e de suas propostas nas escolas.

Nesse sentido, são encontradas publicações que desenvolvem a ideia da formação continuada sob a perspectiva do PNAIC, bem como estudos de caso que problematizam o ponto de vista dos professores em relação ao mesmo. Entretanto, percebe-se que a ênfase centra-se na formação desses profissionais da educação, e não na alfabetização das crianças dos primeiros anos do Ensino Fundamental.

Um ponto curioso, pelo menos assim pode ser considerado, é que formação de professores, um eixo do PNAIC, é discutida com bastante intensidade, descrevendo, inclusive, o PNAIC como um programa de formação continuada para professores⁴, e não explanando o seu objetivo principal, tão exaustivamente referido até aqui, que é a alfabetização de todas as crianças até os 8 anos de idade.

Entre os objetivos das formações de professores estão a análise do PNAIC como estrutura para superar as desigualdades e diferenças culturais nas escolas, as aprendizagens e os impasses encontrados através do sistema de ciclo educacional, no qual a reprovação não ocorre, mas sim o aprendizado não determinado em um único ano escolar.

Para Braga (2013), a formação de professores é um dos canais para a reflexão da prática pedagógica, incluindo, claro, o tratamento da heterogeneidade na sala de aula. Os dados da pesquisa de campo e da entrevista realizados por ela apontaram para uma rejeição

⁴ Isso pode estar ocorrendo, pois é o primeiro programa de governo na história do país que paga bolsa aos docentes para que estes estudem.

quanto ao processo de formação que as professoras vinham participando no PNAIC. Esse resultado revela o quanto é preciso avançar rumo a uma formação que, de fato, contemple, para além de discussões teóricas, a exploração prática dos conhecimentos.

Por outro lado, Pinheiro (2014) desenvolve uma pesquisa de campo, com conversas e junções de outras pesquisas realizadas anteriormente pela própria autora, na qual cita o PNAIC em seu texto com explicação do que ele é, bem como relaciona o mesmo com o discurso de professores que, tendo formação continuada, dele participam.

As informações sobre o pensar crítico dos professores, exploradas por Pinheiro (2014), são obtidas através de conversas, tanto formais como informais com os mesmos, através de fatos observados na atuação deles no âmbito escolar e, também, através de relatos dos docentes sobre sua vivência diária na escola e no universo da educação, que se constitui a partir do cotidiano dos educadores, seja na sala de aula, nas formações continuadas ou na relação com o grupo escolar e com a sociedade em geral.

Da mesma forma, Tasca e Pinto (2013) afirmam que, através de estudos e pesquisas de campo, “podemos nos aproximar do que as professoras afirmam estar trabalhando na escola frente à organização da mesma em ciclos e de como têm elaborado as propostas de ensino da escrita no contexto da divulgação dos estudos do letramento” (TASCA;PINTO, 2013), e, inclusive, do próprio PNAIC.

Nesse sentido, as duas publicações, tanto a de Pinheiro(2014) como a de Tasca e Pinto (2013), expressam a formação continuada de professores através dos próprios docentes, sendo que esses educadores afirmam estar mais preparados para a atuação na sala de aula após a participação nas formações oferecidas pelo PNAIC, pois aprenderam como trabalhar com objetos práticos, de forma simples e, conseqüentemente, alfabetizar ludicamente as crianças.

Entretanto, esses mesmos professores reclamam da falta de tempo para se dedicarem mais ao estudo, afirmando o tempo que ficam em sala de aula mais o tempo de formação do PNAIC é grande e impossibilita momentos de planejamento para as suas aulas.

Além disso, com base nas publicações analisadas,conclui-se que a formação continuada em 2014 precisa ampliar e aprofundar os estudos teóricos sobre alfabetização e letramento, articulando-os aos estudos acerca da alfabetização matemática, de modo a contribuir para avanços nos processos de ensino e aprendizagem no ciclo de alfabetização.

Como terceira e última ênfase encontrada nas publicações referentes ao PNAIC, serão tratados, na próxima seção do texto, assuntos referentes às avaliações relacionadas com o programa, entre as quais podem ser citadas a Prova ABC e a Prova ANA.

4.3 AVALIAÇÕES NAS PUBLICAÇÕES SOBRE O PNAIC

A avaliação das aprendizagens e dos conhecimentos obtidos nos primeiros anos do Ensino Fundamental torna-se importante, entre outras coisas, para que se possa saber se o PNAIC está sendo produtivo ou se o mesmo não teve relevância para a educação.

Algumas das publicações analisadas se referem a essas avaliações, como Sousa (2014), que explora a noção de qualidade da Educação Básica, especialmente do Ensino Fundamental, a qual vem sendo difundida por meio da avaliação em larga escala, com base em contribuições de pesquisas que tratam de características dos delineamentos adotados e de usos de seus resultados.

No Manual do Pacto (2012), o eixo que fala sobre a avaliação no PNAIC é composto por três componentes: a primeira é a avaliação processual, que pode ser realizada pelo professor de forma contínua junto aos alunos; a segunda forma de avaliação se refere à Provinha Brasil, que é realizada no início e no fim do 2º ano do Ensino Fundamental; já a terceira avaliação é a realização de uma prova, aplicada pelo INEP, aos alunos que estão concluindo o 3º ano do Ensino Fundamental, visando avaliar os conhecimentos e aprendizagens adquiridos pelos discentes no decorrer desse ciclo de alfabetização.

Para Sousa (2014), essa avaliação deve ser pensada exaustivamente, sendo refletida ao se considerar todos os aspectos que a ela são relacionados, pois

A avaliação é [...] um caminho promissor em direção à concretização do direito à educação, no entanto, não pode ser reduzida a medida de proficiência dos alunos, nem seus resultados serem interpretados exclusivamente como responsabilidade das escolas e dos alunos e suas famílias. (SOUSA, 2014, p. 418)

Essas avaliações são necessárias para o conhecimento das aprendizagens que foram obtidas nos primeiros anos do Ensino Fundamental, entretanto, podem, como são em larga escala, promover competições entre as escolas, entre os professores e até mesmo entre os alunos. Essa é uma preocupação que todos os envolvidos com a educação em geral devem ter, cuidando para que realmente elas sejam avaliações, e não causa de confrontos desse tipo.

Segundo Ferrer (1996), o uso da avaliação em larga escala está se tornando um tema repetitivo nos discursos que se referem à educação e gera um crescente interesse nas instituições educativas atuais.

Considera-se, segundo Maia (2010), que os anos 2000 marcam o retorno aos ideais positivistas e às pesquisas quantitativas, voltadas para os resultados e não para o processo,

com o objetivo de atender às solicitações do mercado cada vez mais dominantes e globalizadas.

Mais especificamente, Seperrhake(2013) relaciona essas avaliações com o PNAIC ao tratar da prova ABC, sendo que, a partir desse entrave, imediatamente foram realizadas pesquisas sobre o assunto e foi descoberto que ela nada mais é do que “uma parceria do movimento Todos pela Educação, da Fundação Cesgranrio, do Instituto Paulo Montenegro/Ibope, e do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep)” (BRASIL, 2014, p. 15).

O seu objetivo é avaliar a qualidade da alfabetização das crianças dos primeiros anos do Ensino Fundamental, entretanto, a partir desse ano, essa avaliação será substituída pela Avaliação Nacional da Educação (ANA), que pretende abranger grande parte das escolas de Ensino Fundamental do território brasileiro. (BRASIL, 2014)

Sendo um dos eixos do PNAIC, a avaliação desenvolve-se concomitantemente com as outras áreas derivadas desse programa, sendo que ele próprio foi proposto devido a uma outra avaliação, o IDEB, que mede o crescimento ou o atraso no nível educacional do país e que alcança patamares internacionais.

Para complementar mais o discurso da análise empregada, nesse momento será realizada a conclusão do presente Trabalho de Conclusão de Curso, considerando aspectos empregados pelos autores dos textos observados, também serão observadas as sugestões e as abordagens de estudo que não conseguiram ser sanadas, considerando a dúvida e a incerteza, se é que os tiveram, como uma alternativa de pesquisa e estudo.

5 UMA FINALIZAÇÃO SE FAZ NECESSÁRIA...

Se a ideia da internacionalização das políticas públicas educacionais inicialmente pareceu ser uma situação pouco compensatória e inviável para a educação do Brasil, aos poucos foi se confirmando como uma iniciativa que visa principalmente alcançar os objetivos dos países mais desenvolvidos, utilizando para isso o clichê de que é promovida para a melhoria das condições não apenas educacionais, mas também sociais dos países mais pobres, pois lamentavelmente “somos um dos países com os índices mais altos de analfabetismo em todo mundo” (CRUZ; MARTINIAK, 2014,p. 3).

Esse analfabetismo gera situações de descaso e pobreza consideravelmente fortes. O direito à alfabetização, conforme Mortatti (2013), é um direito que antecipa os demais direitos humanos, como se fosse uma estratégia de pré-requisito para garantir a educação, a saúde; enfim, todos os demais benefícios públicos indispensáveis para a vida em sua essência e plenitude na sociedade.

A exigência de promover políticas voltadas para a educação dos sujeitos, ainda que de caráter internacionalizado, determina ações e projetos valiosos como o PNAIC, por exemplo, que visa o desenvolvimento pleno das crianças, no âmbito da educação, que futuramente refletirão na capacidade, como afirma Sardagna (2014), de serem sujeitos globais.

Entretanto, alguns questionamentos podem ser feitos a partir disso, pois, será que essa forma pré-determinada para alfabetizar todas as crianças realmente é a melhor? E como pode ser considerado o desenvolvimento pleno da criança se a mesma vive, como em muitos casos, em uma condição social inferior, em um país com enorme desigualdade social, como o Brasil, onde o único problema não é o analfabetismo, mas a falta de alimentação, higiene, moradia e tantos outros que em conjunto determinam a importância do indivíduo na sociedade e, inclusive, sua própria subsistência e sobrevivência.

Por outro lado, programas como o PNAIC promovem também um aligeiramento no repasse dos conteúdos escolares, uma centralização no objetivo final, e não no processo de desenvolvimento do mesmo, como ressalta Líbano (2014) quando diz que os elementos de aprendizagem como o domínio da escrita e da leitura se transformam apenas em habilidades para a sobrevivência social.

Destaca-se também sobre esse ponto que a internacionalização das políticas públicas “além de limitar o campo de conhecimentos dos estudantes das séries iniciais do Ensino Fundamental retira a autonomia dos professores” (LUZ; FERREIRA, 2014, p. 5).

Dessa forma, um bom entendimento do PNAIC e do porquê de sua implementação se tornam fundamentais para todos os professores da rede pública que trabalham com a educação básica, bem como a relação do PNAIC com as internacionalizações das políticas educacionais, que subscrevem ainda que existe “pouca literatura para aprofundar sua discussão e principalmente para avaliar seus limites e as suas possibilidades futuras.” (RODRIGUEZ, 2009, p.121).

Inicialmente o objetivo e a intenção da proposta prescrita no projeto de trabalho era fazer as análises dos textos referentes ao PNAIC para descobrir quais seriam os pontos mais focalizados dos trabalhos, essa proposta foi mantida. Entretanto, no período preparatório, se queria pesquisar nos eventos da educação Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd) e do Encontro Nacional de Didática e Práticas de Ensino (ENDIPE) nos mesmos períodos da realização do estudo atual.

Isso não foi possível, pois nenhum documento referente ao PNAIC foi encontrado nas consultas realizadas a esses eventos. A hipótese que se mantém é a de que devido à recente implantação ainda não foi viável a publicação de nenhum texto nos eventos acima citados. Entretanto, pode-se ainda pensar outras causas para um possível silenciamento desta temática nestes eventos.

Essa falta de documentos para pesquisa não foi empecilho, embora tenha causado certa frustração, para a realização da pesquisa, pois a mesma foi efetivada no SCIELO e foram, nesse local, encontradas diversas publicações interessantes, as quais foram produtivas quando as análises tiveram de ser realizadas.

Percebe-se que existe uma ênfase importante no fato de que é bom compreender a alfabetização interdisciplinarmente em suas diversas facetas. Entretanto, existem contradições que acompanham os avanços e transformam a educação em programas imediatistas, tornando a compreensão dos mesmos um desafio, e, por isso, são necessárias novas e constantes pesquisas na área.

Outro desafio percebido a partir de análises das pesquisas, foi a dificuldade de se trabalhar na prática, em sala de aula, com as propostas do PNAIC, uma vez que, apesar da clareza teórica explicativa do mesmo, a heterogeneidade dos alunos não permite, em certos casos, o trabalho da forma como foi estipulado no programa. Isso ocorre também devido às diferentes situações sociais, de estrutura e de interação entre os alunos. A tecnologia presente nas escolas pode ser um meio de superar esses percalços encontrados no caminho, principalmente se os recursos tecnológicos complementarem os conteúdos que serão trabalhados em sala de aula.

Com base nisso, a avaliação das aprendizagens também deve ser reafirmada como fundamental para a melhoria do ensino, principalmente o público, sendo que esta deve ser tratada com cuidado e atenção, pois, em estudos realizados⁵, pode se perceber que as avaliações dos alunos não redirecionam os professores e a escola em geral para uma nova metodologia de ensino que melhore as notas obtidas. Elas são, em diversos espaços, realizadas apenas porque o aluno precisa de uma nota e sem o objetivo de ajudá-lo a efetivar a real compreensão dos conteúdos.

Outra sugestão obtida nas análises é a de que o espaço do ambiente escolar precisa ser estruturado de acordo com as necessidades demandadas na instituição, isso porque o espaço conjuntamente com a ludicidade desenvolvem habilidades e conhecimentos notórios no estudante.

A atenção dada pelo PNAIC para a linguagem matemática e para a educação especial foi considerada como um dos melhores avanços da educação. Autores consideram ainda que o direito a aprender formalmente em uma instituição pública de ensino é um direito de todo e qualquer ser humano, independentemente de suas características físicas, psicológicas ou sociais.

Por último, é destacada a importância da adesão dos municípios ao PNAIC e a integração de toda a escola para interagir e dar continuidade ao trabalho pedagógico em ciclos nos três primeiros anos do Ensino Fundamental, garantindo, assim, o aprendizado e a alfabetização plena dos estudantes.

Em síntese, podemos concluir que as ênfases dadas pelas publicações referentes ao PNAIC nos anos de 2012, 2013 e 2014 variam intensamente. Um número bastante grande dessas publicações apenas se referencia ao programa acima citado, descrevendo o que ele é, como foi firmado e quais são os seus objetivos e resultados pretendidos.

Outros textos se referem principalmente às formações dos professores ocorridas a partir do PNAIC e das avaliações que caracterizam a sua implantação. Esses dois itens podem ser considerados como os mais enfatizados das publicações, somando-se com outras diversidades de temas referentes ao assunto debatido no transcorrer desse estudo.

Finalmente, não tendo a pretensão de esgotar o tema, mas sim de provocar pensamentos em relação ao mesmo, pode-se dizer que as questões propostas para debate no decorrer deste texto não são finitas ou únicas. Elas possuem sim suas especificidades, entretanto, estudos futuros podem complementar ou redirecionar as mesmas, uma vez que a ideia do tema

⁵Melhor especificado no quadro em anexo.

proposta introduz diversas discussões a respeito dos assuntos tratados, os quais não podem ser de caráter conclusivo em apenas um determinado estudo.

REFERÊNCIAS

AFONSO, A. J. Estado, globalização e políticas educacionais: elementos para uma agenda de investigação. **Revista Brasileira de Educação**. Estado, globalização e políticas educacionais Jan/Fev/Mar/Abr 2003.

ARAÚJO, R. F; ALVARENGA, L. **Abibliometria na pesquisa científica da pós-graduação brasileira de 1987 a 2007**. Disponível em: <<http://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2011v16n31p51>>. Acesso em: 18 jun. 2014.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: EDIÇÕES 70 Lda., 2010.

BARROS, C. S. R. de. **O Lúdico E Suas Contribuições No Processo De Aprendizagem No 1º Ano Do Ensino Fundamental**. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Brasília - DF 2013.

BRAGA, D. F. **A Prática Pedagógica E O Tratamento Da Heterogeneidade De Saberes Na Alfabetização**. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Brasília, 2013.

BRASIL. **Constituição Federal da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988. <www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao>. Acesso em: 19 jun. 2014.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução nº 4, de 13 de julho de 2010. **Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica**. Brasília, 2010.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Conselho Nacional da Educação. Câmara Nacional de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

_____. **Nova edição da Prova ABC traz resultados sobre a alfabetização de todo o País**. Disponível em <<http://www.todospelaeducacao.org.br>> Acesso em 25 out. 2014.

_____. Portaria nº 1.458, de 14 de dezembro de 2012. **Define categorias e parâmetros para a concessão de bolsas de estudo e pesquisa no âmbito do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa**. Disponível em: < www.pacto.gov.br > Acesso em: 01 jun 2014.

_____. Portaria nº 867, de 4 de julho de 2012. **Institui o Pacto pela Educação na Idade Certa e as ações do Pacto e define suas diretrizes gerais.** Disponível em: <www.pacto.gov.br>>. Acesso em: 15 jun 2014.

_____. Portaria nº 90, de 6 de fevereiro de 2013. **Define o valor máximo das bolsas para os profissionais da educação participantes da formação continuada de professores alfabetizadores no âmbito do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa.** Disponível em: <www.pacto.gov.br>>>. Acesso em: 10 jun. 2014.

_____. Decreto nº 6094, de 24 de abril de 2007. **Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados, e a participação das famílias e da comunidade, mediante programas e ações de assistência técnica e financeira, visando a mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica.** Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 16 jun. 2014.

CRUZ, M.M. P. da; MARTINAC, V.L. **As políticas educacionais para a formação continuada dos professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental.** Disponível em: <www.histedbr.fae.unicamp.br>. Acesso em: 20 jun 2014.

FERRER, A. T. **La evaluación de los sistemas educativos.** Revista Iberoamericana de Educación, Madrid, n. 10, p. 37-61, 1996.

GOMES, A. V. A. **Alfabetização na idade certa: garantir a aprendizagem no início do Ensino Fundamental.** Câmara dos deputados. Brasília – DF. 2013. Disponível em: < www.planalto.gov.br >. Acesso em: 12 maio 2014.

KRAWCZYK, N. R; VIEIRA V. L. Estudos comparados nas análises sobre política educacional na América Latina. In: KRAWCZYK, Nora R; WANDERLEY, Luiz Eduardo. (Org). **América Latina: Estado e reforma numa perspectiva comparada.** São Paulo: Cortez, 2003.

LIBÂNEO, J. C. **Internacionalização das políticas educacionais e políticas para a escola: elementos para uma análise pedagógico-política de orientações curriculares para o Ensino Fundamental.** Disponível em: <professor.ucg.br> Acesso em: 16 mai. 2014.

LUZ, I. C. P. da; FERREIRA, D. L. **Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa: formação, avaliação e trabalho docente em análise.** Disponível em: <www.anpae.org.br>.

MAIA, M. **Provinha Brasil: A Utilização E Avaliação Dos Testes De Diagnósticos Da Alfabetização Pelos Professores**. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Belo Acesso em: 14 jun 2014. Horizonte, 2010.

MARONEZE, L. F. Z; LARA, Â. M. de B. A política educacional brasileira pós 1990: novas configurações a partir da política neoliberal de Estado. **IX Congresso Nacional de Educação – EDUCERE**. III Encontro Sul Brasileiro de Psicopedagogia. 2009 PUCPR.

MOEHLECKE, S. **As políticas de diversidade na Educação do governo Lula**. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v. 39, n. 137, p. 461-487, maio/ago. 2009.

MOREIRA, B.; OLIVEIRA, R. Um ano de Pacto: apenas o começo. **Jornal Letra A**. Belo Horizonte, março/abril de 2014 - ano 10 - n° 37 - Edição Especial.

MORTATTI, M. do R. L. Um balanço crítico da “década da alfabetização” no Brasil. **Cad. Cedes**, Campinas, v. 33, n. 89, p. 15-34, jan.-abr. 2013.

MORTATTI, M. do R. L.; OLIVEIRA, F. R. de; PASQUIM, F. R. **50 Anos De Produção Acadêmica Brasileira Sobre Alfabetização: Avanços, Contradições E Desafios**. Interfaces da Educ., Paranaíba, v.5, n.13, p.06-31, 2014.

OLIVEIRA, D. S.; PINTO, A. L. G. **A Divulgação Do Conceito De Letramento E O Contexto Da Escola De Nove Anos: O Que Dizem As Professoras Alfabetizadoras?** Cad. Cedes, Campinas, v. 33, n. 90, p. 257-276, maio-ago. 2013.

PIMENTA, S. G.; LIMA, M. S. L. **Docência e estágio**. São Paulo: Cortez, 2004.

PINHEIRO, D. A Educação Especial No Contexto Amazônico: Intercorrências Políticas, Culturais E Sociais. **Revista EDUCAmazônia** - Educação Sociedade e Meio Ambiente . Disponível em: <www.scielo.com.br> Acesso em: 21 nov 2014.

RODRIGUEZ, V. Descentralização e Políticas Públicas: o público e o privado na educação. Rio Claro, SP, Brasil. **Educação: Teoria e Prática** - v. 19, n.32, jan.-jun. -2009, p.111-126.

SANTOS, C. B.S. dos. **Alfabetizar até o final do 3º ano: reflexões sobre a proposta do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa – PNAIC**. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Porto Alegre, 2014.

SARDAGNA, H. V. **Educação para todos**: uma política do mundo global. Disponível em: <www.liberato.com.br> Acesso em: 12 jun 2014.

SEPERRHAKE, R. **O saber estatístico como dizer verdadeiro sobre alfabetização, o analfabetismo e o alfabetismo/letramento**. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre, 2013.

SOARES, M. **Letramento e alfabetização**: as muitas facetas. Revista Brasileira de Educação. 2004.

SOUZA, V. A. de. A política educacional dos anos 1990 no contexto da reforma do estado: resignificação de conceitos e possibilidades. **Ensino em Re-Vista**, 13(1): 89-101, jul.04/jul.05.

TASCA, D. S. O.; PINTO, A. L. G. **A Divulgação Do Conceito De Letramento E O Contexto Da Escola De Nove Anos: O Que Dizem As Professoras Alfabetizadoras?** Disponível em: <www.scielo.com.br> Acesso em: 20 nov2014.

TOUSSAINT, E. **A Bolsa ou a Vida**. A dívida externa do Terceiro Mundo: As finanças contra os povos. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

UNICEF. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos** .Satisfação das Necessidades Básicas de Aprendizagem. Jomtiem, 1990.

APÊNDICE

Título	Autor	Ano de publicação	Palavras- chave	Objetivo	Metodologia	Conclusão	Relação com a pesquisa
50 ANOS DE PRODUÇÃO ACADÊMICA BRASILEIRA SOBRE ALFABETIZAÇÃO AVANÇOS, CONTRADIÇÕES E DESAFIOS	Maria do Rosário Longo Mortatti Fernando Rodrigues de Oliveira Franciele Ruiz Pasquim	2014	Alfabetização. Teses e dissertações. História da alfabetização. Brasil.	“Objetivo de contribuir para compreender a produção acadêmica brasileira sobre alfabetização”	“São analisadas teses e dissertações sobre o tema, concluídas entre 1965 e 2011, situando-as no processo histórico de constituição da alfabetização como objeto de estudo, análise de quantidade de trabalhos sobre o tema e de diversidade geográfica e de áreas de conhecimento dos programas de pós-graduação em que foram defendidos.”	“Ao mesmo tempo em que vêm confirmar a importância de abordagens que considerem a característica interdisciplinar e multifacetada da alfabetização, esses avanços são acompanhados de contradições, que representam importantes desafios aos pesquisadores, visando tanto à compreensão da permanência de motivações e finalidades pragmáticas e imediatistas quanto à proposição de novos temas, objetos e vertentes teórico-metodológicas para o desenvolvimento de novas pesquisas que fazem falta, conforme necessidades diagnosticadas e avanços almejados, do ponto de vista científico e social.”	Pesquisa bibliométrica, teses e dissertações, entre 1965 e 2011, versando não apenas a qualidade, mas principalmente a quantidade dessas publicações. Relação com as políticas públicas implantadas em prol da educação, relaciona-se com o PNAIC quando faz uma citação de sua implantação como política da educação.
A EDUCAÇÃO ESPECIAL NO CONTEXTO AMAZÔNICO: INTERCORRÊNCIAS POLÍTICAS, CULTURAIS E SOCIAIS.	Daiane Pinheiro	2014	Educação Especial, Inclusão, Formação.	“Se propõe pensar nesse trabalho as representações de professores e gestores da região Oeste do Pará sobre a Educação Especial e as ações políticas e educacionais que abrangem esse campo de atuação.”	“As análises estão pautadas em conversas, fatos, relatos e dados coletados em projetos de pesquisa os quais atuam e que estão ligados a educação no contexto amazônico.”	“Dessa forma, me ancorando sob a perspectiva dos Estudos Culturais em educação proponho pensar as discussões desse trabalho como produção de novas verdades sobre o campo da Educação Especial.”	Pesquisa de campo, com conversas e junções com outras pesquisas realizadas anteriormente pela própria autora. Cita o PNAIC em algum momento do texto com explicação do que ele é e o discurso de professores que dele participam.
A	D	2013	Letramento e	“	“Toma	“Por	Trt

DIVULGAÇÃO DO CONCEITO DE LETRAMENTO E O CONTEXTO DA ESCOLA DE NOVE ANOS: O QUE DIZEM AS PROFESSORAS ALFABETIZADORAS?	Danieli Sebastiana Oliveira Tasca Ana Lúcia GuedesPinto		formação. Alfabetização e letramento. Narrativas de professores.	Este artigo toma o contexto das mudanças recentes deste início do século XXI ocorridas no Ensino Fundamental: a inclusão das crianças de 6 anos nesse segmento da educação e, consequentemente, a ampliação para nove anos de escolarização fundamental no Brasil.”	ndo como referência uma pesquisa realizada no município de Campinas, estado de São Paulo, que tomou a escuta das professoras dos primeiros anos do Ensino Fundamental, traz-se para a discussão seus dizeres sobre suas práticas de trabalho.”	meio de suas narrativas podemos nos aproximar do que as professoras afirmam estar trabalhando na escola frente à organização da mesma em ciclos e de como têm elaborado as propostas de ensino da escrita no contexto da divulgação dos estudos do letramento.”	trabalho baseado em pesquisa realizada anteriormente por outra pessoa que não as autoras. Cita o PNAIC quanto fala da utilização de materiais práticos para a alfabetização e diz ser essa uma política do MEC. Traça também um apanhado das aprendizagens que devem ser desenvolvidas nos três primeiros anos do Ensino Fundamental no ciclo da alfabetização.
A LITERATURA NA EDUCAÇÃO INFANTIL EM UMA ESCOLA DO MUNICÍPIO DE CARINHANHA – BA	DENILDA MARQUES TEIXIERA	2013	Literatura Infantil. Ensino e Aprendizagem escola	“Sistematizar de modo investigativo como ocorre à literatura infantil em uma escola pública do município de Carinhanha – BA.”	“Primeiramente, foi realizada uma pesquisa baseada numa abordagem qualitativa e uma investigação, observando três salas de aula de Educação Infantil, com duração total de 10 horas, assim como, uma entrevista com três professoras das turmas observadas. Utilizei também a entrevista com diretor e coordenador pedagógico.”	“Foi constatado que o trabalho com literatura infantil neste estabelecimento de ensino deixa a desejar uma vez que a escola não tem um projeto que a priorize.”	Fala do PNAIC. Diz o que ele é, quais são os seus objetivos e como ele foi firmado. É metodologicamente caracterizado como um estudo de caso, realizado no município de Carinhanha na Bahia.
A PRÁTICA PEDAGÓGICA E O TRATAMENTO DA HETEROGENEIDADE DE SABERES NA ALFABETIZAÇÃO	Débora Félix Braga	2013	Heterogeneidade de saberes, práticas pedagógicas, alfabetização, letramento, escrita,	“Análise de concepções da prática pedagógica no que se refere ao tratamento dado à heterogeneidade de saberes no 1º ano do 1º ciclo, na área de linguagem.”	“Entrevista semi-estruturada realizada com três professoras do 1º ano do 1º ciclo de uma escola pública de Ensino Fundamental I do Distrito Federal, no período entre 14 a 21 de outubro de 2013. Para tratamento dos dados, optei pela análise de conteúdo temática”	“Como dado geral da pesquisa, observei que as professoras tinham clareza quanto à existência de diferentes demandas de seu cotidiano, entretanto, pareciam encontrar dificuldades nas formas de didatização dos objetos de conhecimento na sala de aula, ajustando, claro, o	Curso do pnaic e visão das professoras a respeito disso, também cita os cadernos do pnaic. Pesquisa de campo com caráter qualitativo. Acredito que a formação continuada de professores é um dos canais para a reflexão da prática

						ensino a essa heterogeneidade.”	pedagógica, incluindo, claro, o tratamento da heterogeneidade na sala de aula. Os dados apontaram para uma rejeição quanto a um processo de formação que as mestras vinham participando (PNAIC). Esse retrato é revelador do quanto é preciso avançar rumo a uma formação que, de fato, contemple, para além de discussões teóricas, a exploração sistemática do saber experiencial.
As Tecnologias da Informação e Comunicação como ferramenta pedagógica no desenvolvimento da escrita do aluno do 3º ano do Ensino Fundamental	Vanessa Cristina Carvalho Mendes1 Graciete Maria de Oliveira2	2014	Tecnologias da Informação e Comunicação. Alunos. Escrita. Professor.	“Apresentar os possíveis benefícios trazidos pelas Tecnologias da Informação e Comunicação para o processo de ensino e aprendizagem no que diz respeito à aquisição da escrita do aluno do 3º ano do Ensino Fundamental, bem como abordar a atuação do professor frente ao uso desse recurso em sua prática pedagógica.”	Pesquisa realizada através do uso de autores.	“Houve a descoberta de que a inserção da Tecnologia da Informação e Comunicação nas escolas tende a ser um instrumento cada vez mais inovador, principalmente quando o educador se disponibilizar a buscar a correlação entre os conteúdos a serem ensinados e os recursos disponibilizados.”	Fala do pnaic, em nota de rodapé explica o que ele é, faz uma explanação a cerca dos recursos e materiais didáticos por ele propostos.
Alfabetizar até o final do 3º ano: reflexões sobre a proposta do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa – PNAIC	Camila Barbosa Seabra dos Santos	2014	Alfabetização, Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, Práticas Pedagógicas	Tendo como temática a alfabetização, analisar a proposta de alfabetizar até o 3º ano	Estudo de caso em uma escola de Porto Alegre/RS com entrevista semiestruturada com professores do 1º, 2º,3º anos do Ensino	Necessidade de maior adesão aos princípios e práticas propostos pelo programa e realização de trabalho pedagógico	Diz o que é o pnaic, remete a questão de um estudo de caso em Porto Alegre e à visão dos professores

				a partir das orientações do PNAIC.	Fundamental e com os alunos dessas turmas.	integrando os ciclos de alfabetização nos três primeiros anos.	dessa escola. Pesquisa qualitativa. Aparece no objetivo e em diversas partes do texto.
CONCEPÇÕES DE QUALIDADE DA EDUCAÇÃO BÁSICA FORJADAS POR MEIO DE AVALIAÇÕES EM LARGA ESCALA	Sandra ZákiaSouSa	2014	Avaliação da educação básica. Avaliação em larga escala. Qualidade da educação.	“O texto explora que noção de qualidade da educação básica vem sendo difundida por meio da avaliação em larga escala, com base em contribuições de pesquisas que tratam de características dos delineamentos adotados e de usos de seus resultados.”	“Excertos de produções anteriores, em especial, dois textos recentemente concluídos que tratam, respectivamente, de características das iniciativas de avaliação em larga escala em curso no Brasil (SOUSA, 2013a) e de perspectivas propositivas, que buscam articular avaliação em larga escala a uma sistemática de avaliação”	“Com as considerações trazidas neste texto espera-se ter evidenciado, por um lado, o reducionismo com que vem sendo tratada a atividade avaliativa no âmbito das iniciativas em curso no Brasil e, por outro lado, a importância da avaliação para a melhoria da qualidade do ensino público. A avaliação é, sem dúvida, um caminho promissor em direção à concretização do direito à educação, no entanto, não pode ser reduzida a medida de proficiência dos alunos, nem seus resultados serem interpretados exclusivamente como responsabilidade das escolas e dos alunos e suas famílias.”	Cita o pnaic apenas uma vez caracterizando o objeto que propulsiona a avaliação da educação na educação básica.
DIREITOS DE APRENDIZAGEM NO CICLO DE ALFABETIZAÇÃO (LÍNGUA PORTUGUESA) Direito do aluno, dever do professor e da escola	FRANCILEN CAMPOS DE SOUZA SANTOS	2013	Alfabetização e Letramento. Direitos de Aprendizagem. Eixos para o ensino da Língua Portuguesa.	A presente pesquisa tem por objetivo averiguar se os Direitos de Aprendizagem em no ciclo de alfabetização o Língua Portuguesa, apresentados pelo Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), estão sendo garantidos, especificamente a uma turma de 3º ano	Estudo de caso realizado em período de estágio supervisionado em uma Escola pública do DF. Pesquisa de campo e pesquisa bibliográfica, etnográfica.	Os dados analisados mostraram que a) os Direitos de Aprendizagem no ciclo de alfabetização Língua Portuguesa, nesta turma, ainda não estão sendo garantidos em sua totalidade; b) O trabalho com gêneros textuais ainda é deficitário, nesta turma; c) A prática da leitura é pouco enfatizada e atividades que busquem o incentivo e o gosto pela leitura não é uma constante nesta sala; d) A oralidade é	Refere-se amplamente ao pnaic, fazendo relações com as propostas deste e com o que de fato ocorre na sala de aula. Estudo de caso no DF. Pesquisa qualitativa.

				do Ensino Fundamental de uma Escola pública da região central do DF.		trabalhada possivelmente em alguns aspectos, somente na mediação oral entre a professora e os alunos no cotidiano da sala de aula.	
ENTRE AS POLÍTICAS DE QUALIDADE E A QUALIDADE DAS PRÁTICAS	MARIA MALTA CAMPOS	2013	EDUCAÇÃO INFANTIL AVALIAÇÃO QUALIDADE DA EDUCAÇÃO POLÍTICA EDUCACIONAL	DA “Compara os diferentes percursos seguidos pelo debate e pelas políticas de avaliação da qualidade da Educação Infantil e das demais etapas educacionais, mostrando como até recentemente essa evolução apresentou traços muito distintos.”	Pesquisa bibliográfica qualitativa.	“Se, por um lado, a qualidade é um conceito relativo que deve surgir de um debate democrático e ser constantemente revisto, por outro lado, as crianças têm direito a um atendimento que respeite suas necessidades e seu protagonismo, e os aspectos mencionados devem fazer parte desse debate. Se, em uma democracia, os objetivos mais gerais da educação não podem ser diferentes para crianças socialmente desiguais, é possível que os meios para alcançá-los sejam diversos. Aprofundar esse questionamento talvez ajude a avançar o debate na direção de experiências educativas que contribuam para uma sociedade mais justa.”	Cita indiretamente o pnaic quando fala em um pacto para alfabetizar todas as crianças até os 8 anos de idade.(p.16) e afirma que as crianças ,da rede privada, na maioria das vezes chega ao Ensino Fundamental alfabetizada.
Linguagens em Diálogo Letramentos em Língua Materna e Matemática ----- ENSINO DE MATEMÁTICA NA PERSPECTIVA DO LETRAMENTO: AS TAREFAS INVESTIGATIVAS COMO POSSIBILIDADE	Maria Silvia Cintra Martins (Org.)- - - - -Luciane de Fatima Bertini13 Cármen Lúcia Brancaglio n Passos14	2014	Não há.	O presente artigo busca contribuir com as discussões sobre o ensino da matemática na perspectiva do letramento.	Pesquisa de campo com entrevistas, gravação em áudio e vídeo, registros dos estudantes, relatórios escritos pela professora, anotações da pesquisadora e questionário respondido pela professora, qualitativo.	Considera-se possível afirmar que as aulas baseadas em tarefas investigativas podem constituir-se como um evento de letramento.	Faz alusão ao pnaic e a alfabetização matemática de forma bastante superficial.
Linguagens em Diálogo Letramentos em Língua Materna e Matemática ----- APRENDIZAGEM EM MATEMÁTICA: UMA	Maria Silvia Cintra Martins (Org.)- - - - -Flávio de Souza Pires15 Luciane de	2014	Não há.	Fazer uma discussão acerca da alfabetização matemática .	Pesquisa bibliográfica, qualitativa.	“Todos aprendem”, e isso acontece não por ser “inato”, “natural” ou porque “nascemos para a Matemática” e, sim, porque,	Relação com o pnaic quando descreve o aperfeiçoamento do termo alfabetização matemática que o pnaic

PERSPECTIVA ATRAVÉS DA LINGUAGEM	Fatima Bertini16 Uaiana Prates17					diante da necessidade de resolvermos situações problemas das mais variadas no nosso dia a dia, utilizamos e criamos estratégias para solucionarmos tais problemas. Foi assim ao longo da evolução da humanidade e é assim no nosso desenvolvimento como seres culturais e sociais.”	traz de forma concreta e lúdica.
Linguagens em Diálogo Letramentos em Língua Materna e Matemática ----- ALFABETIZANDO POR MEIO DA PRODUÇÃO DE TEXTOS E DE UMA PARCERIA ENTRE LEITOR E ESCRITOR	Maria Silvia Cintra Martins (Org.)- - - - - Poliana Bruno Zuin18	2014	Não há.	Discute a diferenciação a cerca dos termos língua e linguagem e alude a alfabetização e ao letramento considerando as suas práticas sociais.	Pesquisa bibliográfica, qualitativa.	“A prática da parceria inicialmente causa alguns estranhamentos aos alunos, pois esses sentem dificuldades em diagnosticar problemas, porém, a partir do momento em que veem o professor realizar as intervenções, a incorporação dessa prática passa a ser natural e sem constrangimentos entre os alunos. É interessante que essa prática desenvolve a percepção para a busca do sentido do texto, e os aspectos gramaticais, ortográficos, acabam sendo aprendidos na busca por tal sentido.”	Se relaciona com o pnaic quando faz alusão aos materiais referentes à língua materna por ele introduzidos nas escolas e cursos de formação.
O LÚDICO E SUAS CONTRIBUIÇÕES NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM NO 1º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL	CAMILA SCARDINI RIBEIRO DE BARROS	2013	Lúdico, Intervenção Lúdica, Contribuições Pedagógicas.	“O presente trabalho tem por objetivo central realizar um estudo teórico e prático sobre o lúdico e suas contribuições no processo de aprendizagem. A pesquisa de campo analisou o seu papel	Pesquisa de campo.	“Os principais resultados apontam que os alunos desfrutam de momentos de brincadeiras dirigidas e de brincadeiras livres, porém, em sala de aula, conforme constatado na entrevista, a professora prefere usar as brincadeiras regradas e dirigidas para que não haja “bagunça”. Foi possível perceber,	O que é o pnaic, descrição e objetivos e elaboração de projeto embasado pelo mesmo.

				do lúdico no desenvolvimento de alunos do 1º ano do Ensino Fundamental de uma escola pública do Distrito Federal que tem projeto de extensão da UnB. Os objetivos específicos foram: 1) investigar a importância e a intervenção de atividades lúdicas no processo de aprendizagem, 2) analisar a aplicação em sala de aula de atividades em que há a presença do lúdico verificando quais contribuições pedagógicas promove, 3) observar como os professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental inserem o 'brincar' na sua prática educativa, e quais significados atribuem às brincadeiras."		na prática, que as professoras têm uma ideia base de que as atividades lúdicas devem ser direcionadas e que podemos utilizá-las como avaliação em sala de aula."	
O PERFIL DOCENTE NAS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS	Tairê Mirela Santos Franzini	Não localizei	Política Pública. Educação. Docente.	"Busca entender o significado de ser professor na sociedade contemporânea e sobre as demandas vinculadas à atividade docente."	"Para isso analisaremos algumas políticas públicas educacionais como PJF, ProInfantil, Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica – Parfor, Proinfo Integrado, e Proinfo, Pró-letramento,	"Nessa ótica, no processo de desenvolvimento da qualidade da educação já não cabe o velho professor, o expositor, que não domina a tecnologia e não motiva o alunado, portanto há uma necessidade de reciclá-lo. Para sanar esse déficit	Cita o PNAIC como um programa do Ministério da Educação que está em andamento.

					legitimadas na última década, correspondentes às medidas adotadas na prática da política neoliberal no Brasil baseada em instituições mundiais como UNESCO, ONU, Banco Mundial, OMC.”	o governo tem utilizado de pacotes educacionais que limita o professor, negando a importância de seu papel social historicamente construído.”	
O PROFESSOR E SUA FORMAÇÃO: ASPECTOS CONSTITUTIVOS DESSE PROCESSO	MARIA CARMEN VILLELA ROSA TACCA	2014	Educação escolar. Sujeito professor. Subjetividade. Processo de formação docente.	Esta pesquisa teve como objetivo geral analisar processos subjetivos de professoras relacionadas às ações formativas das quais elas participavam.	Para isso, procuramos conhecer e caracterizar essas ações formativas; analisar as avaliações que faziam dessas ações e que significados ganhavam para sua trajetória profissional e para o trabalho pedagógico. Os instrumentos utilizados foram: observação, entrevista semiestruturada, sistemas conversacionais, completamento de frases, redação, análise documental e momentos informais.	Ressaltamos que a pesquisa nos permitiu acompanhar a expressão da condição de sujeito do professor no desenvolvimento de seu trabalho pedagógico; compreender a configuração subjetiva da profissão como constitutiva da personalidade; entender os valores e crenças singulares como processos subjetivos relacionados às ações formativas das quais as professoras participavam. Identificamos, assim, que esses são os aspectos constitutivos do processo que articulam o professor e sua formação.	Relaciona-se com o PNAIC ao dizer quais objetivos, o que ele é e como se relaciona com a educação, faz um estudo de campo em um curso de formação do mesmo.
O saber estatístico como dizer verdadeiro sobre alfabetização, o analfabetismo e o alfabetismo/letramento	Renata Seperrhake	2013	Alfabetização, analfabetismo, alfabetização/letramento, saber estatístico, governamentalidade.	Como o saber estatístico opera como verdadeiro nas questões de alfabetização, letramento e analfabetismo.	Pesquisa bibliográfica, baseada principalmente nas ideias de Michael Foucault.	Operam como verdadeiros os saberes científicos que produzem saberes e que posicionam a pessoa na compreensão das leituras e escritas.	Relaciona-se com o PNAIC ao tratar da prova ABC e dizer entre outras coisas o que é o PNAIC e quais os seus objetivos, bem como o porque de sua implantação.
POLÍTICAS EDUCACIONAIS E DIVERSIDADE: O PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA	Não encontrado	2014	Políticas educacionais. Diversidade. Educação especial. PNAIC. Alfabetização.	O presente ensaio visa refletir sobre as noções de cultura, diversidade sociocultural, diferença e identidade, no sentido da importância	Pesquisa bibliográfica e etnográfica.	exclusão produzidos pelo conclui-se que os espaços educativos têm papel fundamental no trabalho de desenvolver ações educativas interculturais, viabilizando mudanças que venham ao encontro de uma	Faz uma análise do PNAIC enquanto programa federal. Faz relação do programa de ação afirmativa junto aos alunos com deficiência.

				de problematizar preconceitos e discriminações que têm sustentado e justifi		sociedade multicultural. Postula-se também, pela importância de continuar os estudos sobre o PNAIC no sentido de problematizar as desigualdades	
POLÍTICAS EDUCACIONAIS PARA FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES ALFABETIZADORES: LIMITES E POSSIBILIDADES	Rommy Salomão Vera Lucia Martiniak	2013	Não há.	o desenvolvimento desta pesquisa terá como foco principal a análise do processo de implantação do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, que teve início com a realização dos trabalhos de formação continuada com os professores da rede pública de ensino no município de Ponta Grossa nesse ano (2013).	Estudo bibliográfico.	Fala das contradições entre as políticas neoliberais e políticas afirmativas.	Análise da implantação do PNAIC relacionando com as políticas públicas.
PROVINHA BRASIL: UM ESTUDO SOBRE O USO DOS RESULTADOS EM UMA ESCOLA DA REDE PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL	MANDA FRANCO MONTE PAES	2013	Palavras-chave: Avaliação, Alfabetização, Provinha Brasil, Uso dos resultados.	O presente trabalho tem como objetivo verificar como os resultados da Provinha Brasil são utilizados em uma escola da rede pública do Distrito Federal, e se há alguma interferência do resultado dessa avaliação na organização do trabalho pedagógico da referida escola. Para tanto, foi	Como fonte de dados foram utilizados os resultados da Provinha Brasil, aplicada no início e no final do ano letivo de 2012, além de observações feitas em sala de aula das práticas pedagógicas da professora da turma.	Pôde-se perceber a partir desse trabalho que a Provinha Brasil, na escola pesquisada, não tem sido utilizada como instrumento para auxiliar no redirecionamento das práticas pedagógicas com vistas a melhorar o processo de alfabetização das crianças. Conclui-se, portanto, que políticas de formação continuada da equipe docente e gestora quanto ao uso dos resultados das avaliações deveriam ser planejadas, a fim de que esse instrumento avaliativo possa, de fato, auxiliar o	Cit a o PNAIC apenas quando fala da legislação que o constitui.

				pesquisada uma turma de 2o ano do Ensino Fundamental de uma escola pública do Distrito Federal, com 28 crianças, sendo 18 meninas e 10 meninos.		professor em sala de aula, cumprindo o papel de uma avaliação diagnóstica.	
FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES ALFABETIZADORES: O PNAIC EM FOCO	Juliana Pinto Viechenesk i A nália Maria De Fátima Costa Vera Lúcia Martiniak	Não encontrado	Alfabetização. Letramento. Formação Continuada.	O presente estudo tem por objetivo apresentar ações formativas desenvolvidas na Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) no estado do Paraná em 2013, no âmbito do Programa de Formação Continuada de Professores Alfabetizadores - Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC).	A metodologia utilizada envolveu reflexões, discussões coletivas e socialização de experiências, favorecendo a articulação entre a teoria e a prática.	Por meio dos resultados, verificou-se que a formação continuada aos cursistas foi produtiva, pois proporcionou uma reflexão mais crítica sobre suas próprias práticas pedagógicas e, consequentemente, a busca de diferentes formas de conduzir o trabalho junto as professoras alfabetizadoras, na reelaboração de novas estratégias de ensino. Contudo, verificou-se a necessidade de aprofundamento de estudos sobre a organização do trabalho pedagógico por meio de projetos, sequências didáticas e jogos. Conclui-se que a formação continuada em 2014 precisa ampliar e aprofundar os estudos teóricos sobre alfabetização e letramento, articulando-os aos estudos acerca da alfabetização matemática, de modo a contribuir para avanços nos processos de ensino e aprendizagem no ciclo de alfabetização.	Se associa ao PNAIC quando trata da formação de professores oferecida por uma universidade em contato com o PNAIC.